

FONTE : JB

CLASS. : 128

DATA : 28 09 80

PG. : 7

## *Empresa inadimplente é excluída de Carajás*

*Carlos Max*

BRASÍLIA — Por terem sido considerados inadimplentes pelo governo federal, 21 projetos industriais do Programa Grande Carajás deixarão de receber incentivos fiscais, de acordo com portaria assinada ontem pelo secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Baptista. O secretário decidiu comunicar ao Departamento de Receita Federal, à Sudam e à Sudene a exclusão desses projetos do programa, para que "sejam adotadas medidas legais cabíveis de forma a ressarcir eventuais prejuízos financeiros ao Tesouro". Com a medida, o governo federal inicia a reformulação dos critérios para aprovação de projetos na área de Carajás, como forma de preservar o meio ambiente e a efetiva utilização dos incentivos liberados.

Entre os projetos inadimplentes estão os da Agrimisa (Agrícola Industrial do Maranhão), da Itaminas Siderúrgica de Carajás (projeto de usina de ferro-gusa) e da Companhia Industrial Técnica (aproveitamento de babaçu). A partir de agora, segundo nota distribuída pelo Palácio do Planalto, os incentivos serão dados "de modo que a industrialização dos minérios de uma das maiores províncias minerais do planeta seja a base para o desenvolvimento sustentado da região".

Dez dos projetos excluídos, entre os quais os de seis siderúrgicas, são de empresas que previam a utilização de

carvão vegetal no seu processo produtivo, "que aumentariam a pressão da demanda de lenha das florestas nativas dos estados do Pará e do Maranhão", acrescenta a nota. De acordo com os dados da Secretaria de Desenvolvimento Regional, com a medida adotada pelo governo poderão deixar de ser queimadas mais de 700 mil toneladas de carvão vegetal por ano, reduzindo o impacto potencial sobre a floresta amazônica.

A Secretaria de Desenvolvimento Regional explicou que os 21 projetos foram excluídos devido ao descumprimento do cronograma de implantação, à transferência para outros titulares fora da área de Carajás e também pela desativação decorrente da falta de perspectiva de continuidade em razão de problemas financeiros.

O secretário Egberto Baptista entende que a medida adotada está dentro das prioridades básicas do presidente Collor em relação ao saneamento de projetos implantados através da obtenção de incentivos fiscais e à proteção ao meio ambiente. Os projetos cancelados foram classificados em três categorias diferentes: empreendimentos inadimplentes com o cronograma de aplicação, projetos desativados e sem perspectivas de continuidade e empreendimentos transferidos para outros titulares não integrados ao Programa Grande Carajás.